

O PRONOME RELATIVO E O LIVRO DIDÁTICO: REFLEXÕES METALINGUÍSTICAS E EPILINGUÍSTICAS

Mariza Ledjane Alves dos SANTOS¹
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
marizasantos86@hotmail.com

Natália Coêlho BAGAGIM²
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
naty2011-47@hotmail.com

Maria Vanice Lacerda de Melo BARBOSA³
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
maria.vanice@ufersa.edu.br

RESUMO: As discussões acerca do ensino da gramática ganharam destaque a partir dos anos 80. Este trabalho se justifica por versar sobre o pronome relativo no livro didático, haja vista este instrumento pedagógico ser de uso recorrente nos solos de sala de aula, traduzindo-se num recurso de forte influência na ação docente. Objetivamos, assim, analisar a abordagem dessa categoria gramatical, com o propósito de contribuir com tais discussões. Partimos do seguinte questionamento: o estudo do pronome relativo, no livro didático, prioriza a concepção de linguagem como expressão do pensamento, baseado na metalinguagem, ou esse estudo é evidenciado a partir da concepção dialógica da língua – em conformidade com as práticas sociais, ou seja, a partir do uso da língua, sob uma perspectiva epilinguística? Embasamo-nos teoricamente em Bechara (2009), Cegalla (2008), Geraldi (1984), Luft (2009), PNLD (2008), Possenti (1998), Travaglia (1996, 2006), Franchi (2006). Para a análise, selecionamos a nona edição do nono ano da coleção didática: Português: linguagens, de autoria de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, publicada pela Editora Saraiva no ano de 2015. Do estudo em torno das concepções de gramática, constatamos que ela é concebida com um grupo de normas para a constituição e transformação das expressões de uma língua natural, gerando compreensão, bem como é percebida como reunião de regras que precisam ser seguidas, são seguidas, e cujo funcionamento o falante domina. Constatamos, ainda que a categoria gramatical pronome relativo foi compreendida como elemento que se associa ao substantivo e dele é um referenciador, o que contribui para a composição de um texto coeso. Da investigação do livro didático, objeto desta pesquisa, foi possível concluir que, embora o livro adote alguns gêneros como, poema, anúncio e tirinha, nos exercícios, os textos são utilizados apenas como pretexto para a cobrança dos aspectos gramaticais, configurando uma abordagem dos pronomes relativos de forma meramente conceitual, o

¹ Mestre em Letras pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

² Mestre em Letras pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

³ Doutora em Linguística pelo PROLING - Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba / UFPB. Professora do Magistério Superior da Universidade Federal Rural do Semi-Árido –UFERSA.

que comprova a hipótese levantada nesta pesquisa de que o tratamento ao pronome relativo se realiza sob uma concepção metalinguística.

PALAVRAS-CHAVE: Reflexões linguísticas. Livro didático. Pronome relativo. Metalinguagem. Epilinguagem.

ABSTRACT: The discussions about the teaching of grammar in the classroom have gained prominence since the 1980s. This work is justified because it deals with the relative pronoun in the textbook, given that this pedagogical instrument is of recurrent use in the classroom grounds, translating into a resource with a strong influence on teaching action. Thus, the objective was to analyze the approach of this grammatical category, with the purpose of contributing to such discussions. We start from the following question: the study of the relative pronoun, in the textbook, prioritizes the conception of language as an expression of thought, based on metalanguage, or this study is evidenced from the dialogical conception of language - in accordance with social practices, or that is, from the use of language, from an epilinguistic perspective? We base ourselves theoretically on Bechara (2009), Cegalla (2008), Geraldi (1984), Luft (2009), PNLD (2008), Possenti (1998), Travaglia (1996, 2006), Franchi (2006). For the analysis, we selected the ninth edition of the didactic collection: Portuguese: languages, authored by William Roberto Cereja and Thereza Cochar Magalhães, published by Editora Saraiva in the year 2015. From the study of grammar concepts, we found that it is conceived with a group of norms for the constitution and transformation of expressions in a natural language, generating understanding; as well as it is perceived as a collection of rules that need to be followed, they are followed, and whose functioning the speaker dominates. We found, even though the grammatical category relative pronoun was understood as an element that is associated with the noun and is a referrer of it, which contributes to the composition of a cohesive text. From the investigation of the textbook, the object of this research, it was possible to conclude that, although the book adopts some genres such as poem, advertisement and comic strip in the exercises, the texts are used only as a pretext for the collection of grammatical aspects, configuring an approach to pronouns relative in a merely conceptual way, which proves the hypothesis raised in this research that the treatment of the relative pronoun takes place under a metalinguistic conception.

KEYWORDS: Linguistic reflections. Textbook. Relative pronoun. Metalanguage. Epilinguagem.

INTRODUÇÃO

Pensar na abordagem dos pronomes relativos no livro didático suscita diversas reflexões, dentre elas, questões relacionadas ao caráter puramente metalinguístico, em que o enfoque é dado às nomenclaturas, classificação e sistematização dos fatos linguísticos à

luz da gramática tradicional, bem como questões direcionadas à reflexão da língua à luz da concepção de linguagem como interação social, em que se considerem as diversas possibilidades de atribuição de sentidos e o contexto comunicacional do falante. As atividades epilinguísticas transcendem a conceituação de termos ou expressões conceituais, pois visam à reflexão do sentido da língua em uso.

Nessa ótica, buscamos discutir neste trabalho como ocorre a abordagem dos pronomes relativos no livro didático, verificando se o ensino dos pronomes relativos no livro didático está em consonância com a vertente da gramática normativa-conceitual-tradicional, ou se estabelece reflexões linguísticas no âmbito da semiologia, isto é, dos sentidos, em que denota os pronomes como marcadores textuais, elementos conectivos, dentre outros.

Propusemos, assim, imperativa a realização de um estudo acerca do tratamento dado pelo livro didático ao ensino de análise linguística, no que concerne aos pronomes relativos, partindo da seguinte indagação: o estudo do pronome relativo, no livro didático, prioriza a concepção de linguagem como expressão do pensamento, baseado na metalinguagem, ou esse estudo é evidenciado a partir da concepção dialógica da língua – em conformidade com as práticas sociais, ou seja, a partir do uso da língua, sob uma perspectiva epilinguística? Partimos do pressuposto de que, mesmo diante dos avanços significativos dos estudos voltados para o ensino de Língua Portuguesa, é possível que a abordagem dos pronomes relativos ainda seja evidenciada de modo sistematizado e conceitual, e com isso ocorra o uso do texto como pretexto para as atividades metalinguísticas.

Para comprovar, ou refutar a hipótese levantada, o objetivo geral deste artigo consiste em analisar se o estudo dos pronomes relativos, no livro didático, prioriza a concepção de linguagem como expressão do pensamento baseado na metalinguagem, ou se

o estudo dos pronomes é evidenciado a partir da concepção dialógica da língua, em que a gramática é abordada de forma reflexiva que sugere a abordagem epilinguística.

Para o desenvolvimento deste trabalho, analisamos o livro do nono ano (Ensino Fundamental II) da coleção didática Português: linguagens, de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, publicada pela Editora Saraiva, no ano de 2015. Adotamos como respaldo teórico para a análise e reflexão da abordagem dos pronomes relativos as ideias de Bechara (2009), Franchi (2006), Geraldi (1984), Luft (2009), BRASIL (2008), Possenti (1998), Travaglia ([1996] 2006).

Esta pesquisa, de caráter qualitativo e interpretativo, está dividida nas seguintes seções: fundamentação teórica que traz primeiramente reflexões acerca das concepções de linguagem e suas implicações no ensino da língua materna; logo após, a conceituação das tipologias gramaticais, em seguida, os pronomes relativos sob um viés teórico, e a análise dos pronomes no livro didático na seção; um olhar sobre o livro didático e suas abordagens acerca do pronome relativo. E, por fim, algumas considerações.

REFLEXÕES ACERCA DAS CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM E SUAS IMPLICAÇÕES NO ENSINO DA LÍNGUA MATERNA

Em meados dos anos 80, os estudos linguísticos ganharam visibilidade e trouxeram importantes discussões acerca do ensino de língua materna na sala de aula. Geraldi, em 1984, apresenta o livro “O texto na sala de aula”, que sugere uma prática inovadora para o ensino, visto que a análise linguística em questão pressupõe a ênfase aos diversos usos da língua, não somente no aspecto gramatical, mas também no textual e no discursivo. Nessa ótica, o autor traz, no livro supracitado, três concepções de linguagem subjacentes ao estudo linguístico: linguagem como expressão do pensamento, linguagem como instrumento de comunicação e linguagem como forma de interação.

Nesse contexto, Geraldi (1984) é enfático ao afirmar que a prática pedagógica do professor de língua portuguesa está relacionada à concepção de linguagem adotada em seu planejamento. Logo, quando o educador adota a concepção de linguagem como expressão do pensamento, ele prioriza o ensino das regras gramaticais, isto é, o ensino prescritivo. Sobre isso, Geraldi (2003 [1984], p. 41) elucida que “essa concepção ilumina, basicamente, os estudos tradicionais. Se concebermos a linguagem como tal, somos levados a afirmações – correntes – de que pessoas que não conseguem se expressar é porque não pensam”. Nesse panorama, é perceptível que o propósito do ensino da língua é a memorização das estruturas gramaticais por intermédio da metalinguagem, em que se desconsideram os demais segmentos linguísticos e os saberes internalizados dos indivíduos. Surge, então, o seguinte questionamento: em pleno século XXI, ainda predomina a concepção de linguagem como forma de pensamento no ensino de língua materna? Antes de respondermos à indagação, analisaremos as demais concepções.

Em consonância com Geraldi (1984), a concepção de linguagem como instrumento de comunicação considera a linguagem como código pronto, em que há a predominância da comunicação entre falantes como emissores e receptores de mensagens. Desse modo, nota-se que a conceituação e a finalidade de uma concepção à outra começam a mudar, visto que a concepção ora apontada propicia a comunicação. Porém, somente isso é capaz de tornar um ensino linguístico eficiente? As aulas de língua portuguesa adotam essa concepção? Bakhtin (1981) responde aos questionamentos em evidência ressaltando que

a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN, 1981, p. 123).

Conforme o autor, a linguagem é dialógica e necessita estar vinculada às práticas sociais para se tornar eficiente no processo de ensino-aprendizagem. Nessa direção, Geraldi evidencia a terceira concepção entrevendo-a como forma de interação social, que “situa a linguagem como o lugar de constituição de relações sociais, onde os falantes se tornam sujeitos.” (2003 [1984], p. 41). Portanto, é notório que o objetivo desse ensino se baseia na enunciação entre os interlocutores, predominando, assim, a relação entre autor-texto-leitor, numa perspectiva epilinguística. Dessa forma, o leitor deixa de ser um decodificador de nomenclaturas e se torna um ser ativo, durante a interação verbal.

Diante da concepção de linguagem como forma de interação, espera-se que a maneira de se trabalhar com o ensino de língua materna em sala de aula tenha se modificado. Porém, embora algumas transformações tenham ocorrido desde a origem dos PCN para cá, estudos demonstram que a prática docente ainda é vinculada ao método tradicional, através do qual “o ensino de gramática em nossas escolas tem sido primordialmente prescritivo, apegando-se a regras de caráter normativo” (TRAVAGLIA, 2006, p. 101), que “são estabelecidas de acordo com a tradição literária clássica, na qual é retirada a maioria dos exemplos.” (op. cit.)

Nessa perspectiva, é notório que a prioridade aos aspectos gramaticais nas aulas de língua portuguesa ainda é predominante, e se justifica mediante “o pressuposto de que o aluno não sabe a língua. Isso leva a concentrar o esforço em ‘ensinar’ coisas, sobretudo teoria gramatical e regras” (LUFT, 2009, p. 65). Dessa forma, segue-se um ensino sem significações para o estudante, visto que o indivíduo já possui conhecimentos internalizados da língua, e a insistência em fazê-lo “decorar” inúmeras regras gramaticais em suas diversas nomenclaturas sintáticas e morfológicas lhe propicia desinteresse, pois tudo o que a ele é ensinado fora de sua realidade, de seu contexto e de sua prática social não lhe favorece a construção de sentido.

Travaglia ([1996], 2006, p. 17) ressalta que o objetivo do ensino da gramática em sala de aula não condiz com o estudo de regras em frases e fragmentos isolados, ao contrário, objetiva-se desenvolver as habilidades comunicacionais dos sujeitos da interação, através de textos produzidos oralmente e escritos, priorizando “a capacidade do usuário em empregar adequadamente a língua nas diversas situações de comunicação”.

Com base nas discussões apresentadas, é pertinente questionarmos a respeito do tratamento dado aos estudos linguísticos nos livros didáticos, materiais estes auxiliares do processo de ensino-aprendizagem. Como esse instrumento evidencia as categorias gramaticais? Em que concepção de linguagem os tópicos gramaticais são abordados? Os autores dos livros enfatizam os estudos da análise linguística com base em quais perspectivas: metalinguística ou epilinguística? A abordagem gramatical apresentada pelos autores contribui para um ensino linguístico significativo para os estudantes?

O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD (BRASIL, 2008, p. 7) determina:

Ao escolher uma coleção didática para o trabalho com língua portuguesa, você estará selecionando um dos principais instrumentos de aprendizagem dos seus estudantes e, em grande medida, uma importante ferramenta para o desenvolvimento de suas aulas [...].

Propõe-se, assim, imperativa a realização de um estudo acerca do tratamento dado pelo livro didático ao ensino de análise linguística, no que concerne aos pronomes relativos, partindo das seguintes indagações: os pronomes relativos são evidenciados de modo isolado, ou dentro de contextos comunicacionais? Qual a concepção de linguagem adotada por seus autores no processo de elaboração do material?

Para o desenvolvimento deste trabalho, analisaremos o livro do nono ano (Ensino Fundamental II) da coleção didática *Português: linguagens*, de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, publicada pela Editora Saraiva, no ano de 2015. Adotaremos

como respaldo teórico para a análise e reflexão da abordagem dos pronomes relativos as ideias de Bechara (2009), Geraldi (1984), Luft (2009), PNLD (2008), Possenti (1998), Travaglia ([1996] 2006).

Esta pesquisa, de caráter qualitativo e interpretativo, está dividida nas seguintes seções: fundamentação teórica que traz a conceituação das tipologias gramaticais, abordagem teórica do pronome relativo, na sequência, evidencia a análise do trabalho dos autores no livro didático e abordagens acerca da funcionalidade do pronome relativo no livro didático de Cereja e Magalhães (2015).

CONCEITUAÇÃO DAS TIPOLOGIAS GRAMATICAIS

As discussões e reflexões acerca do ensino da gramática na sala de aula ganharam destaque, na década de 80, com a publicação do livro “O texto na sala de aula” de Geraldi. Mas, o que é gramática? Diversos linguistas apontam conceituações a respeito dessa terminologia. Nesse prisma, Franchi (2006, p. 99) a define como “conjunto de regras e princípios de construção e transformação das expressões de uma língua natural que as correlacionam com seu sentido e possibilitam a interpretação”. Já Possenti (1996, p. 64) evidencia a conceituação da gramática de modo mais objetivo e amplo, afirmando que ela é “1) Conjunto de regras que devem ser seguidas; 2) Conjunto de regras que são seguidas; 3) Conjunto de regras que o falante da língua domina.”

Nesse panorama, Possenti (1996, p. 64) detalha as noções supracitadas em três tipos de gramáticas. Em primeira instância, o autor define a gramática como “normativa”, que é o “conjunto de regras que devem ser seguidas”, e acresce que esse tipo de gramática é a mais adotada “nas gramáticas pedagógicas e nos livros didáticos”. Na sequência, a gramática é vista como descritiva, conceituada como “conjunto de regras que são

seguidas”, nesse contexto, Possenti (1996, p. 65) é enfático ao ressaltar que essa concepção objetiva “descrever e/ou explicar as línguas tais como elas são faladas” e que “orienta o trabalho dos linguistas”. Por fim, a última gramática apontada por Possenti (1996) é denominada “internalizada”, que se refere ao “conjunto de regras que o falante domina”, essa abordagem se relaciona com os conhecimentos que o falante já possui.

Corroborando as abordagens apontadas, Franchi (2002) apresenta as tipologias gramaticais em consonância com Possenti (1996), todavia traz mais esclarecimentos a respeito das suas definições. Dessa forma, a gramática normativa é conceituada por Franchi como

O conjunto sistemático de normas para falar bem e escrever, estabelecidas pelos especialistas com base no uso da língua consagrado pelos bons escritores. Dizer que alguém “sabe gramática” significa dizer que esse alguém “conhece essas normas e as domina tanto nocionalmente quanto operacionalmente”. (FRANCHI, 2006, p. 16).

Assim, é nítido que o autor mencionado defende a gramática normativa como prescritiva, isto é, requer um usuário da língua que domine com maestria as regras do falar e escrever bem em conformidade com a concepção de ensino tradicional, em que se desconsideram os contextos situacionais da comunicação. Franchi (2006, p. 22) destaca também a gramática descritiva, a qual ele determina como “um sistema de noções, de descrições estruturais e de regras que permitem falar a língua, descrevê-la, dizer como ela funciona no processo comunicativo e mostrar como é que se fala e se escreve nessa língua”. Nesse viés, é possível depreender, em conformidade com o autor mencionado, que a gramática descritiva se preocupa com o funcionamento da língua, isto é, com a sua descrição para, a partir disso, verificar seus possíveis usos.

Por fim, Franchi (2006, p. 31) traz a conceituação da gramática internalizada, definida como “um sistema de princípios e regras que correspondem ao próprio saber

linguístico do falante: ele se constrói na atividade linguística e na atividade linguística se desenvolve”, e ainda ressalta que “todo falante, independentemente da modalidade de linguagem a que se sirva, possui uma gramática interna (de natureza biológica e psicológica) ou, pelo menos, a interioriza já em tenra idade, a partir de suas próprias experiências linguísticas” (FRANCHI, 2006, p. 25). Assim, a gramática internalizada prioriza a língua materna, os contextos de usos e as diferentes experiências linguísticas vividas pelos indivíduos.

PRONOMES RELATIVOS SOB UM VIÉS TEÓRICO

Dentre as dez categorias gramaticais adotadas para a classificação das palavras da língua, encontram-se os *pronomes*, denominados, conforme Cegalla (2008, p. 179), como “palavras que substituem os substantivos ou os determinam, indicando a pessoa do discurso.” Essa conceituação é bastante clara, pertinente e conduz à compreensão de que o pronome está diretamente relacionado ao substantivo – um referente, e com ele estabelece relações indissociáveis, assumindo um importante papel de referenciação e sequenciação na construção da própria coesão textual.

Neste trabalho, daremos ênfase ao *pronome relativo*, que Cegalla (2008, p. 184), em sua obra *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, define como “palavras que representam substantivos já referidos, com os quais estão relacionados. Daí denominarem-se relativos.” Na perspectiva de definir essa categoria, o autor exemplifica com a seguinte construção: “Armando comprou a casa **que** lhe convinha” (CEGALLA, 2008, p. 184). A partir dela, esclarece que o pronome *que* está representando a palavra casa, substantivo, retomando-a, e, por isso, trata-se de um pronome relativo.

Nesse sentido, é possível depreender, conforme anteriormente evidenciado, que o pronome relativo se associa ao nome, normalmente seu antecedente, e a ele faz referência. Em sua abordagem, Cegalla (2008, p. 184) enfatiza que “a palavra que o pronome relativo representa chama-se *antecedente*.” E, acrescenta que “No exemplo dado, o antecedente de **que é casa**”.

Embora, via de regra, o pronome relativo se reporte a uma palavra antecedente, segundo o que ora se afirma, convém ressaltar que no caso do *cujo*, deve-se considerar um *antecedente* e um *consequente*, pois este pronome situa-se entre dois substantivos ou palavra de valor substantivo. Cegalla (2008, p. 185) exemplifica: “[...] uma catedral imensa, **cujas** torres tocassem o céu (Ciro dos Anjos)”. Nota-se que o termo *cujo* é pronome relativo, mas, de certa forma, estabelece uma espécie de posse. Concorde com o *consequente*, palavra que aparece depois dele (*torres*), e “dá posse” ao *antecedente*, termo que o antecede (*catedral*). Esse pronome não admite presença de artigo depois dele, acompanhando o substantivo consequente. Cegalla (2008, p. 185) aponta que “os pronomes *cujo*, *cuja* significam *do qual*, *da qual* e precedem sempre um substantivo sem artigo: qual será o animal *cujo* nome a autora não quis revelar? [*cujo nome = o nome do qual*]”

O autor ainda traz o seguinte exemplo: “‘Tirei um colete velho, em **cujo** bolso trazia cinco moedas de ouro.’ (Machado de Assis)” (CEGALLA, 2008, p. 185), revelando que o *cujo* se submete à regência do verbo da oração que ele inicia, no caso, “*trazia*”, cujo uso requer, antes do pronome em questão, a preposição *em*.

O gramático, por fim, adverte que “os pronomes relativos nos permitem reunir duas orações numa só frase”. Para isso, utiliza o seguinte exemplo: “Das árvores caíam folhas, **que** o vento levava.” A primeira oração: Das árvores caíam folhas; a segunda: o vento

levava as folhas. Com essa exemplificação, deixa clara essa especificidade do pronome relativo.

Em uma abordagem resumida, Cegalla (2008) apresenta o uso dos pronomes relativos por meio de breves conceitos e exemplificações, em sua maioria extraídas de obras literárias. Na apresentação de sua obra, é possível constatar que ele adota uma postura menos detalhista e mais objetiva, sem se deter muito às regras em extensos detalhes, mas propriamente evidenciando a função prática do pronome relativo.

Corroborando as ideias do autor acima mencionado, Bechara (2009, p. 171), em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, define os pronomes relativos de forma bem restrita, afirmando que “são os que normalmente se referem a um termo anterior chamado antecedente.” Na sequência, o gramático apresenta um exemplo, por meio do qual comprova a afirmação proferida: “Eu sou o freguês que por último compra o jornal”, sendo o **que** referente da palavra freguês. Conforme o autor, além do sentido supracitado, o pronome “que” desempenha outro papel:

O pronome relativo *que* desempenha dois papéis gramaticais: além de sua referência ao antecedente como pronome, funciona também como transpositor de oração originariamente independente a adjetivo e aí exercer função de adjunto adnominal deste mesmo antecedente. No exemplo, a oração *O freguês compra por último o jornal* é degradada a função de adjunto adnominal na oração complexa: Eu sou o *freguês* [que por último compra o jornal]. (2009, p. 171, grifos do autor)

Os pronomes relativos, conforme Bechara (2009, p. 171), “são: *qual, o qual (a qual, os quais, as quais), cujo (cuja, cujos, cujas), que, quanto (quanta, quantos, quantas), onde*.” Nesse contexto, ele não inclui o pronome *quem* na lista dos relativos, porém isso não significa afirmar que ele o exclui, pois o gramático classifica o *quem* em duas categorias. Na primeira, ele diz que o pronome em questão funciona como pronome substantivo e “se refere a pessoas ou coisas personalizadas e sempre aparece precedido de

preposição”, a exemplo: a advogada **de quem** eu falei é esta. Na sequência, o mesmo autor traz os pronomes relativos sem antecedentes, denominados por ele de *relativos indefinidos*, e sugere o pronome *quem* como sem referência, isto é, sem antecedentes, conforme ilustram os exemplos mostrados por Bechara (2009, p. 172):

1) *Quem tudo quer tudo perde.*

2) *Dize-me com quem andas e eu direi quem és.*

Nesse caso, o *quem* é considerado como do gênero masculino e do número singular, ou seja, não há concordância com o sujeito (antecedente), uma vez que ele não existe. Bechara também acrescenta que, nesse contexto, o pronome *quem* pode ser interpretado como *a pessoa que*, ficando: “*Quem* tudo quer tudo perde = *a pessoa que* tudo quer tudo perde.”

A conceituação do pronome *quanto* (e flexões) é definida de forma bem sucinta pelo gramático, visto que ele apenas ressalta que o *quanto* tem por antecedente um pronome indefinido (tudo, todo, etc.), a exemplo: “Esqueça-se de tudo *quanto* lhe disse” (BECHARA, 2009, p. 172).

Dando continuidade à análise dos pronomes, Bechara detalha com muita clareza o sentido do pronome **qual** (e flexões). O autor começa afirmando que o pronome em questão “se refere a pessoas ou coisas” (BECHARA, 2009, p. 172). Em seguida, o estudioso dedica uma página para especificar as funções do pronome e ressalta que “se usa o qual (e flexões) em lugar de *que*, principalmente quando o relativo se acha afastado do seu antecedente e o uso deste último possa dar margem a mais de uma interpretação” (BECHARA, 2009, p. 199). Exemplifica a afirmação com o seguinte exemplo: “O guia da turma, o qual nos veio visitar hoje, prometeu-nos voltar depois.” Dessa forma, é perceptível que, em conformidade com as observações de Bechara, o emprego do pronome *que* deixaria o sentido ambíguo.

Não ocorre uma abordagem detalhada do pronome *onde* na “Moderna Gramática Portuguesa” de Evanildo Bechara (2009, p. 172), pois apenas evidencia o emprego do pronome de forma restrita em duas circunstâncias: a primeira para indicar lugar, e a segunda, o conceitua como emprego absoluto, isto é, sem referência a antecedentes, ao citar: “Moro *onde* mais me agrada”.

UM OLHAR SOBRE O LIVRO DIDÁTICO E O TRATAMENTO DADO POR ELE AO PRONOME RELATIVO

O objeto de análise adotado é a coleção didática do nono ano Português: *linguagens*, de autoria de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, publicada pela Editora Saraiva, no ano de 2015. A obra é composta por três unidades e, em cada unidade, compõem-se três capítulos. A abordagem dos pronomes relativos ocorre logo na primeira unidade, especificamente, no segundo capítulo, em que traz o estudo do texto, a produção de texto, a língua em foco, e de olho na escrita – tópicos organizacionais do conteúdo textual adotados pelos autores.

Na seção “a língua em foco”, é evidenciada a classe gramatical em estudo, e os autores iniciam a abordagem de acordo com os tópicos: “construindo conceito”, na sequência, “conceituando”, depois, “como analisar sintaticamente o pronome relativo”, “o pronome relativo na construção do texto” e “semântica e discurso.”

A abordagem feita por Cereja e Magalhães (2015) em torno do *pronome relativo*, apresentada na seção *A língua em foco*, principia por afirmar que essa categoria gramatical se caracteriza por se tratar de “palavras que retomam e substituem outras, garantindo a síntese e a coesão textual” (CEREJA; MAGALHÃES, 2015). A princípio, evidencia-se o

relativo *que*, por meio de atividade centrada em aspectos linguísticos a partir de um anúncio publicitário (Veja Luxo, junho 2014) conforme se apresenta a seguir:

1. *Observe esta frase do enunciado em destaque no anúncio:*

“Você merece uma tinta que supera tudo.”

a) *Quantos verbos há na frase?*

b) *Logo, quantas orações há nela?*

c) *Delimite as orações.*

2. *A palavra que estabelece conexão entre as duas orações e, ao mesmo tempo, substitui um termo empregado na 1ª oração. Qual é esse termo?*

Nota-se que as questões propostas objetivam suscitar uma reflexão acerca do conceito de pronome como elemento de referenciação e termo introdutor de nova oração subordinada adjetiva. No tópico *Conceituando*, os autores analisam o pronome como “palavra que liga as duas orações, e, além disso, substitui na 2ª oração um termo expresso na 1ª oração – **uma tinta** –, isto é, um termo **antecedente**.” E concluem enfatizando que, por essa razão, “a palavra **que** é chamada de **pronome relativo**.”

Esse processo inicial é, de certa forma, viável para a construção do conceito, porém há que se considerar que apenas sob esse formato não é possível o estabelecimento de uma aprendizagem mais significativa, uma vez que dissociada de um contexto mais amplo, a partir de questionamentos isolados de frases do texto, a atividade não cumpre uma função de propiciar um conhecimento integral. Nos demais exercícios dessa seção, até é apresentado outro gênero, um poema “*Natural retorno*”, contudo o padrão de questões é o mesmo, não favorecendo uma ampliação de perspectiva no que concerne à funcionalidade dos pronomes.

Prosseguindo a análise, observamos a explanação dos autores no que concerne à função sintática do relativo. Ela é breve e também toma como parâmetro o relativo **que**. Os autores afirmam que:

como os demais tipos de pronome, o pronome relativo exerce uma função sintática específica, na função de que já faz parte. Assim, pode desempenhar as funções de sujeito, objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, predicativo do sujeito, agente da passiva, adjunto adverbial e adjunto adnominal. (CEREJA; MAGALHÃES, 2015, p. 38)

E exemplificam por meio da frase: “Viajarão apenas **os alunos que** jogarão no sábado.” “*Os alunos*” – sujeito da 1ª oração e “*que*” (pronome relativo), sujeito da 2ª oração. Essa breve exposição do conceito é seguida de atividade, desenvolvida sob os mesmos padrões das anteriores. Nesse exercício, é apresentado outro gênero, uma tira de Nik “*Gaturro*”, entretanto o conteúdo apresenta mais natureza linguística, normativa do que propriamente epilinguística.

No que tange ao relativo **cujo**, Cereja e Magalhães (2015, p. 39) pontuam que “é empregado em circunstâncias diferentes daquelas em que são empregados os demais pronomes relativos. Ele liga dois termos, estabelecendo entre eles uma **relação de posse**”. E ilustram: “O professor, cuja casa foi assaltada, mora aqui perto.” A partir dessa exemplificação explicam, num desmembramento das orações unidas pelo pronome em questão: “O professor mora aqui perto. A casa **do professor** foi assaltada. (do professor: posse)”. Nessa construção, o pronome *cujo* exerce a função de adjunto adnominal por substituir o termo (do professor) que realizaria esse papel. Ainda nessas considerações, os autores registram que o termo *cujo* é variável, concordando em gênero e número com a palavra (substantivo) que aparece depois dele, bem como lembram que não é concebível o emprego de artigo depois dele.

Acerca desse último pronome não são realizadas atividades nem na perspectiva de construção de sentido textual, a partir das relações semânticas emanadas do relativo *cujo*, nem na perspectiva linguística que é característica da obra em análise.

Cereja e Magalhães (2015, p. 35) são enfáticos ao definirem os pronomes relativos *que*, *quem*, *o qual* (*a qual*, *os quais*, *as quais*), *onde* (*equivalendo a em que*), *quanto* (*quanta*, *quantos*, *quantas*) e *cujo* (*cuja*, *cujos*, *cujas*) e se podem ser precedidos, ou não, de preposições.

Em seguida, os autores ressaltam que o pronome (o qual) e suas variantes (a qual, os quais, as quais) podem ser facilmente trocados e apresentam exemplos, conforme se observa:

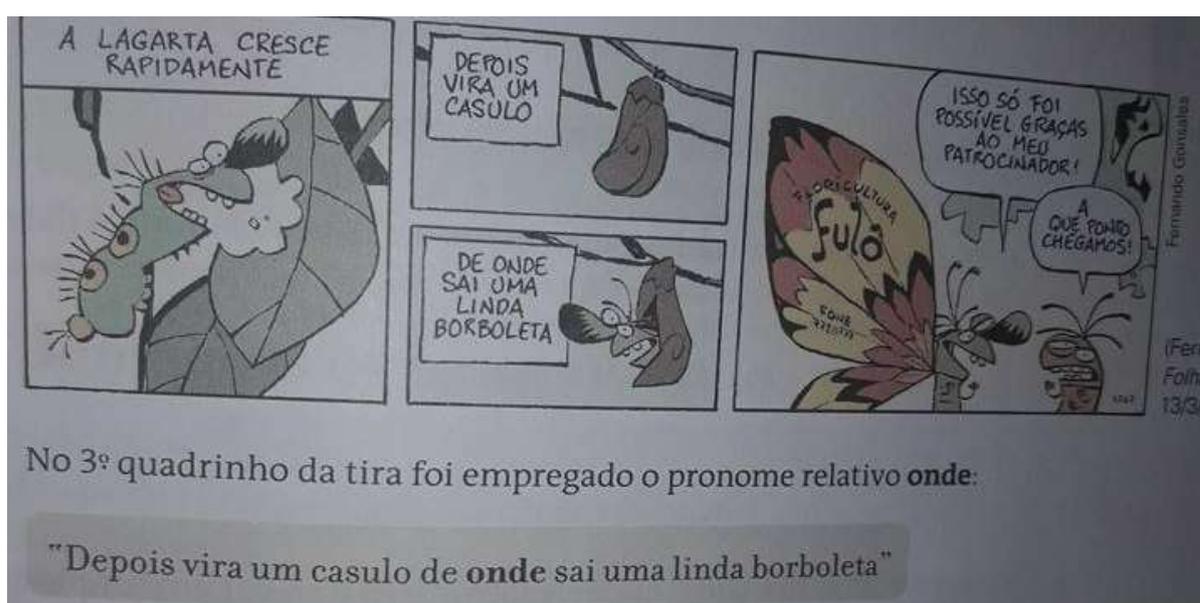
- 1) Você conhece a menina de **quem** lhe falei?
- 2) Você conhece a menina **da qual** lhe falei?

Nessa ótica, é perceptível que a preocupação em questão é apresentar o conteúdo de modo conceituado e com poucos exemplos e aprofundamento, visto que nessa abordagem apresentada, não há uma seção em que se destaque e se enfatize o pronome *o qual e suas flexões*, tampouco ao pronome *quem*, pois o mesmo é apenas apresentado de forma restrita em forma de substituição de outro pronome. Logo, é notório que a abordagem que prevalece no material é a metalinguística, uma vez que se prioriza o ensino das regras gramaticais.

Outro pronome e (flexões) não abordado no livro didático é o *quanto* (*quantos*, *quanta*, *quantas*), pois não há no espaço “língua em foco” menção a esse pronome. Em contrapartida, o pronome relativo *onde* é evidenciado de modo exemplificado. Nesse sentido, Cereja e Magalhães (2015, p. 40) afirmam que ele “é empregado somente para indicar um lugar concreto, nunca uma situação.” E trazem o seguinte exemplo: “O clube onde treino estará fechado no próximo domingo.” Nesse caso, o substantivo “clube” é o

antecedente do pronome em análise. Os autores realçam também que “se o contexto fizer referência a uma situação, e não a um lugar, recomenda-se empregar *em que*”: “Parecia um debate **onde (em que)** ninguém sabia nada.”

Na seção “Exercícios”, os autores trazem uma tira de Fernando Gonsales (publicada na Folha de São Paulo, 13/3/2004), com o intuito de fazer o aluno identificar o antecedente e a função sintática que o pronome *onde* exerce naquele contexto. Segue a tirinha:



Cereja; Magalhães (2015, p. 41)

Após a leitura, são feitos questionamentos acerca das orações expostas, a saber: 1) Qual é o antecedente desse pronome? Que função sintática o pronome exerce nesse contexto? E, por fim, pede para o estudante explicar o humor da tira. (CEREJA; MAGALHÃES, 2015, p. 41).

A atividade proposta evidencia o texto (tirinha) como pretexto para o estudo metalinguístico, pois a ênfase precípua da tirinha em questão é a sistematização do pronome relativo *onde*. Diante disso, percebemos a ausência da exploração do gênero textual em questão e dos sentidos atribuídos às ações dos personagens. A ênfase à

abordagem epilinguística no gênero tirinha evidencia a reflexão da língua e possibilita ao aluno compreender o sentido do pronome relativo dentro do contexto interpretativo do texto. Logo, é relevante que os docentes, ao se depararem com atividades de compreensão de textos, em livro didático, que visem à gramática conceitual, reflitam acerca dessa abordagem proposta e apontem novas estratégias que possibilitem ao aluno pensar os diversos sentidos atribuídos àquele texto.

Dando continuidade à análise, nessa mesma seção, Cereja e Magalhães (2015, p. 40) questionam se existe o pronome relativo *aonde* e, na sequência, eles respondem à indagação dizendo que “sim, existe.” Porém, alertam que, de acordo com a norma-padrão, ele deve ser empregado apenas quando estiver acompanhado de verbos que indicam movimento, como **ir**, **chegar**, **levar**, etc., que regem preposição *a*.

Diante da análise empreendida, constatamos que a maioria dos exercícios propostos na obra didática contempla a concepção metalinguística do ensino da gramática, em detrimento da epilinguística, o que sugere a necessidade de um olhar mais apurado dos autores de livro didático no tocante à concepção da língua, enquanto evento comunicativo social que se realiza na compreensão integral das mensagens, na efetivação da interação entre os sujeitos.

Logo, é fundamental que, para além da abordagem enrijecida dos princípios gramaticais e do ensino da língua por ela mesma, sejam considerados todos os fatores envolvidos no processo de construção de sentidos dos textos, a exemplo, a reflexão global dos elementos responsáveis por garantir a conexão entre as partes desses textos de modo que se configure uma tessitura textual aceitável e compreensível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, novas teorias em torno dos fenômenos linguísticos trouxeram à luz valiosas reflexões e estratégias no tocante ao ensino de Língua Portuguesa, na perspectiva de propiciar uma ação transformadora que considera, como objeto de ensino para o trabalho com a língua, aspectos da análise linguística que abarcam diversos usos da língua sejam de natureza gramatical, textual ou discursiva. Emergem, então, algumas concepções de linguagem: expressão do pensamento; ferramenta de comunicação e, por último, forma de interação.

Desses estudos, surge o questionamento ao redor do conceito de gramática discutido nas seções deste trabalho sob a perspectiva de autores como Franchi (2006), que a interpreta como agrupamento de normas para a constituição e transformação das expressões de uma língua natural possibilitando compreensão; e de Possenti (1996), que a conceitua como reunião de regras que precisam ser seguidas, que naturalmente são seguidas, e sobre as quais o falante impera.

Nessa direção, em atenção às categorias gramaticais de classificação do léxico, neste artigo foram discutidos os pronomes – seu conceito e funcionalidade como classe de palavras que consistem na substituição e no acompanhamento dos substantivos, muitas vezes, determinando-os. Foi dado destaque especificamente ao pronome relativo, compreendido como elemento que se associa ao substantivo e dele é um referenciador, contribuindo, assim, para a realização da tessitura e coesão textuais.

Considerando-se a relevância dessa categoria para a construção da composição textual e uso da língua, este trabalho versou sobre sua exploração no livro didático - ainda sobremaneira utilizado em sala de aula – adotando como instrumento de análise a coleção didática do nono ano Português: *linguagens*, de autoria de William Roberto Cereja e

Thereza Cochar Magalhães, publicada pela Editora Saraiva, no ano de 2015. Mediante análise, constatamos que, composta por três unidades constituídas por três capítulos, a obra discorre acerca dos pronomes relativos na primeira unidade.

Logo, pelas observações empreendidas acerca das conceituações e dos exercícios propostos no livro, foi possível depreender que os autores adotam uma postura de promover a construção do conceito da categoria gramatical através do levantamento de hipóteses, no entanto, não há uma ampliação do campo de significação dessa categoria. Há uma variação de gêneros textuais na composição das atividades, mas as questões não apresentam uma dinâmica, estão sempre girando em torno de um mesmo formato – o que limita possibilidades de construção de um conhecimento mais abrangente em torno do conteúdo.

Diante do exposto, conclui-se que ensinar aspectos gramaticais é importante para a formação do estudante, e é preciso ensiná-los conforme pontua Possenti (1996), uma vez que é pertinente, porém, que se considere, em primeira instância, fatores epilinguísticos para, depois, partir para a conceituação metalinguística da língua. Assim, o ensino da Língua Portuguesa cumpre eficazmente seu papel de formar sujeitos que dominam a língua da qual são usuários operando e associando conhecimentos linguísticos à sua vivência social, histórica e cultural.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M; VOLOCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2008**: apresentação. Brasília: MEC, 2007.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

- CEREJA, Willian Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português: Linguagens**. 9º ano. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- FRANCHI, Carlos. **Mas o que é mesmo gramática?** São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- GERALDI, J. W. Unidades básicas do ensino de português. *In: _____* (org.). **O texto na sala de aula: leitura e produção**. Cascavel: Assoeste, 1984.
- LUFT, Celso Pedro. **Língua e liberdade: por uma nova concepção de língua materna**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2008.
- POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola?** Campinas, São Paulo: ALD: Mercado de Letras, 1996.
- TRAVAGLIA, Carlos Luiz. **Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.